

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM UBERLÂNDIA: em busca das fontes

*Andrea Ermantina Reis**
*Marilza Abrahão Pires Rezende***
*Miriam Omena Costa***
*Vera Lúcia Abrão Borges***

Sumário

Este artigo pretende comunicar o estágio em que se encontra a pesquisa, realizada pela equipe de História da Educação, do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, sobre a evolução do Sistema Educacional Público do Município de Uberlândia, desde sua fundação até os dias de hoje.

Em 1988, a equipe de História da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal de Uberlândia elaborou um Projeto de Pesquisa cujo objetivo principal constitui-se na busca, levantamento e organização das fontes primárias e secundárias relativas ao processo educacional formal do Município de Uberlândia, desde a sua elevação à condição de município autônomo, em 1888, até a atualidade.

Tendo em vista a grande abrangência temporal do objeto a ser estudado - um século -, decidiu-se por trabalhar períodos significativos, cujos cortes tiveram por critério as alterações de cunho econômico/social e político observadas na sociedade uberlandense no quadro de mudanças operadas a nível estadual e nacional.

Assim sendo, delimitou-se um primeiro período - final do século XIX e as primeiras décadas do século XX -, que se caracterizou pela hegemonia econômica, política e social da oligarquia do café (voltada para o mercado externo), o conseqüente desenvolvimento da agricultura de subsistência e da pecuária (voltadas para o mercado interno) e pela implementação da vida urbana e do comércio e grandes surtos migratórios nos estados do centro/sul. Nesse processo é que se insere a consolidação da cidade de Uberabinha como importante entreposto comercial, em posição geograficamente estratégica entre Goiás e São Paulo. Nesse período, o pequeno município já se percebe como centro, não só econômico, mas também como centro educacional/cultural, com várias escolas urbanas e rurais e a circulação de jornais e revistas com periodicidade regular. Prova disso é a existência de um

* Aluna do Curso de Pedagogia da UFU e estagiária do Projeto.

** Professoras do Departamento de Fundamentos da Educação da UFU.

Regulamento Escolar do Município de Uberabinha, de 9 de Março de 1896, que foi amplamente discutido pela Câmara Municipal, assim que esta se instalou, em 1892 (conforme o livro de Atas da Câmara). A vida política da cidade transparece na fala de seus representantes, expressa nos jornais e revistas, sinalizando suas posições em relação às escolas e professores do Município.

As importantes transformações na sociedade nacional e, por extensão, na sociedade mineira, ocorridas na década de vinte, delimitam a segunda fase da pesquisa, que se estende até os anos sessenta.

Ao final dos anos vinte, as constantes crises da economia cafeeira impuseram à oligarquia acentuada perda da sua hegemonia. Pressionada pela emergência de novos grupos sociais ligados ao processo de rápida urbanização e industrialização, essa oligarquia alia-se à Igreja, na tentativa de preservar uma "*estrutura política e social tradicional, de caráter exclusivista e excludente*" (Peixoto, 1982, 39) e, nos anos trinta, concilia-se com a burguesia comercial-industrial, o que resultou no estabelecimento do Estado Autoritário (1937-1945).

Enquanto expressão da realidade do país, o Município de Uberlândia também passa por modificações, sem que, no entanto, se altere sua estrutura econômica e social: persiste o modelo agro-comercial, conservando, esta burguesia, sua hegemonia sobre a região na qual a cidade se erige como pólo dinâmico dessa economia. A industrialização da região foi um processo lento, que se consolida a partir de 1960.

Este movimento não foi isolado, pois se inscreve no processo de superação da grande crise do Capitalismo Liberal Concorrencial pela via do Estado Intervencionista Planejador, que, no Brasil, esperara até os anos sessenta para se consolidar. A educação passa a ser vista como um importante instrumento na formação dos trabalhadores e, a partir de então, evidencia-se a gradativa assunção do discurso tecnocrático, cujo produto final são as legislações educacionais de 1968 e de 1971 - que alterarão profundamente as diretrizes da educação nacional.

Uma vez definidos os cortes, a equipe estabeleceu a metodologia de execução do projeto, partindo do pressuposto básico de que, em se tratando de uma pesquisa de História da Educação, não se pretendia realizar uma pesquisa setorial. Para os membros do grupo, não se tratava de trabalhar exclusivamente os aspectos pedagógicos ou administrativos da ação educacional, num determinado momento do passado, mas, pelo contrário, entendendo ser a educação um processo social, esta será privilegiada como objeto de estudo sempre referido à totalidade que pertence. A preocupação básica era a de realizar uma "*leitura da História a partir da Educação*" (Lopes, 1986, 67).

A partir desse pressuposto, no transcorrer dos anos de 1990 e 1991, a equipe iniciou o trabalho com a elaboração de um inventário das instituições a serem investigadas, tendo por base critérios de data de fundação, existência de acervo documental e possibilidade de cruzamento da documentação do Arquivo Municipal com o acervo das instituições. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes instituições: Escola Estadual de Uberlândia, Escola Estadual Bueno Brandão e o Arquivo Público Municipal. Após os subsídios obtidos em visitas prévias às escolas públicas da cidade, foi elaborado um questionário que serviu de instrumento de campo, com o qual pretendeu-se levantar informações sobre a História das instituições escolares do município e de seus acervos, bem como definir a natureza dos documentos, organização, quantificação, datas limite, armazenamento e o estado de conservação das fontes documentais.

Dada a natureza do Arquivo Público (onde a documentação já se encontra organizada), foi possível iniciar, de imediato, o levantamento do seu acervo relativo ao ensino público de Uberlândia, sendo encontradas publicações referentes à Educação, de 1889 a 1931, as quais se encontram devidamente fichadas e arquivadas no Núcleo de História da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação da UFU.

A primeira parte do instrumento refere-se à identificação da instituição, sua localização e sua história: origens, desenvolvimento e situação atual. A segunda parte identifica o acervo quanto aos aspectos: condições de acesso, disponibilidade de horário para consulta e nome do funcionário encarregado, natureza do arquivo, tipo e organização da documentação, normas para descarte, formas de acondicionamento utilizadas pelo estabelecimento e estado de conservação dos documentos.

De posse desse primeiro instrumento de pesquisa, foram feitas entrevistas com os diretores e bibliotecários, tendo em vista a avaliação do mesmo, de forma a tomar uma forma definitiva que se adequasse à realidade daquelas instituições. As informações colhidas viabilizaram o acesso à documentação, as quais serão utilizadas para posterior recuperação do processo educacional da cidade. Por outro lado, essas informações nos remeteram à busca da documentação relativa às legislações educacionais estadual e nacional, que se encontram no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo da Secretaria de Justiça de Minas Gerais de Belo Horizonte. Em seguida, procedeu-se ao fichamento das documentações encerrando-se, desta forma, a primeira fase do trabalho com relação ao período de 1888 a 1930.

As fontes de que dispomos englobam documentos produzidos pelos diversos órgãos encarregados da Educação estadual e municipal, bem como documentos bibliográficos publicados em jornais e revistas do Município. *A sua dimensão histórica só será alcançada à medida que seja efetuada, além da leitura "interna" (significações lingüísticas, relações imediatas), a leitura temática pela qual se chega ao próprio contexto de sua produção* (Marson,

1984, 37). Este tipo de análise nos permitirá refazer a totalidade do momento histórico estudado, desfazendo a fragmentação com que se apresenta, revelando-se em sua concretude. A tarefa do historiador diante dos documentos é interrogá-los adequadamente, para que eles "falem" com sua própria voz, permitindo a emergência de uma "*historicidade contraposta às versões dadas pelos argumentos da memória instituída*" (idem, 53)

Os dados selecionados e fichados poderão ser utilizados por pesquisadores da História do Ensino Público no Município, cumprindo o objetivo proposto pela equipe de implementar o grupo de pesquisa de História Regional da Educação e de possibilitar a compreensão da História da Educação do Município, a partir da concretude que emerge das evidências encontradas. A existência de fontes assegura ao historiador a objetividade necessária para se superar uma História baseada no "achismo" e em "meras suposições", conseqüentemente, linear e factual. A análise interpretativa destas fontes, que consistirá na próxima etapa a ser desenvolvida pela equipe, é que permitirá o desvelamento do processo educacional da cidade enquanto atividade que interage com as várias instâncias constitutivas desta sociedade, inserindo a Educação no contexto mais amplo da política educacional implantada no país no século XX.

BIBLIOGRAFIA

- LOPES, Eliane Marta T. *Perspectivas históricas da Educação*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. *Repensando a história*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. *Educação no Brasil: anos vinte*. São Paulo, Loyola, 1982.